
O ENSINO DA LEITURA EM CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM SECRETARIADO: UM ESTUDO DAS EMENTAS DE DISCIPLINAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Rita de Cassia Oliveira da Silva (Universidade Federal do Amapá)¹
Eduardo César Pereira Souza (Universidade Estadual Paulista) “Júlio de Mesquita Filho”²
Josiane da Trindade Damasceno (Universidade Federal do Amapá)³
Luciane Cristina Eneas Lira (Instituto Federal de Brasília)⁴

Resumo: Neste artigo, aborda-se o ensino da leitura em cursos superiores de Tecnologia em Secretariado de cinco instituições públicas, a partir das ementas das disciplinas de Língua Portuguesa. O referencial teórico explora, de modo breve, o contexto dos cursos superiores de tecnologia e também a temática da leitura nos diferentes níveis de formação, especialmente no tecnológico. A pesquisa é do tipo exploratória, qualitativa e documental. Com a investigação finalizada, um dos resultados encontrados em relação à leitura foi a ausência de tópicos direcionados à sua prática nas ementas, tendo ao seu oposto uma maior presença de itens voltados à escrita. A par disso, pensa-se que a pesquisa teve a sua maior contribuição no sentido de chamar a atenção das instituições para uma possível revisão das ementas de Língua Portuguesa no tocante ao tema da leitura.

Palavras-chave: Leitura. Língua portuguesa. Ementas. Tecnologia em Secretariado.

THE TEACHING OF READING IN SECRETARIAL TECHNOLOGY COURSES: A STUDY OF THE MENUS OF PORTUGUESE LANGUAGE COURSES

Abstract: This article examines the teaching of reading in undergraduate programs in Secretarial Technology at five public institutions, based on the syllabi of Portuguese language courses. The theoretical framework briefly outlines the context of higher education technology programs and addresses the role of reading at different educational levels, with a particular focus on technological education. The study is exploratory, qualitative, and documentary in nature. The findings indicate that the syllabi contain few, if any, topics explicitly aimed at the practice of reading, while placing greater emphasis on writing-related content. This research contributes by drawing institutional attention to the need for a possible revision of Portuguese language syllabi to better address reading instruction.

Keywords: Reading. Portuguese Language. Syllabus. Secretarial Technology.

¹ Graduada em Tecnologia em Secretariado pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: rita.1998.ap@gmail.com

² Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Mestre em Linguística pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul). E-mail: eduardo.c.souza@unesp.br

³ Doutora e Mestre em Letras (Estudos Ibéricos e latino-americanos) pela Université Bordeaux Montaigne-UBM, França. Professora Adjunta na Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: josiane.steinmetz@hotmail.fr

⁴ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). É professora de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), campus São Sebastião. E-mail: lucianecelira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ensino da língua portuguesa, doravante Língua Portuguesa, especialmente em relação à leitura, vem preocupando o segmento educacional, seja ele no nível básico, médio ou superior. Sabe-se que existe um histórico debilitado em relação à alfabetização desde a idade inicial, o que gerou uma lacuna na compreensão e interpretação de texto na fase acadêmica de muitos alunos (Marquesin; Benevides; Baptista, 2014). Ou seja, não é suficiente só saber decodificar um texto, ou até mesmo uma frase, é necessário saber inferir e analisar de forma objetiva a mensagem presente naquele contexto.

Sabendo disso, segundo Coscarelli (2016), a leitura é comumente compreendida como um processo de atribuição de sentido a partir de um texto, que exige o uso de diferentes habilidades e estratégias, considerando também fatores socioculturais, como o contexto da leitura, seu objetivo, o perfil do leitor, o conteúdo textual e a figura do autor, entre outros elementos. De acordo com essa afirmação, entende-se que o conceito de leitura está relacionado a um processo contínuo e linear na aprendizagem do leitor, ou melhor, a leitura vai muito além do que se imagina, ela exige um conjunto de fatores e procedimentos técnicos específicos.

Considerando o contexto complexo do ensino de leitura nas disciplinas de Língua Portuguesa, originou-se a seguinte questão-problema: como estão estruturadas as ementas dos cursos superiores de Tecnologia em Secretariado de instituições públicas brasileiras em relação ao ensino da leitura? Com base nesse problema, tem-se como objetivo geral: realizar um estudo sobre o ensino da leitura nos cursos superiores de Tecnologia em Secretariado (TS) de instituições públicas brasileiras, a partir das ementas das disciplinas de Língua Portuguesa.

Tendo em vista o objetivo do trabalho, pensa-se que ele pode trazer contribuições para os alunos e docentes desses cursos, já que será possível investigar documentos oficiais e explorá-los segundo suas semelhanças e diferenças (Fachin, 2001). No âmbito acadêmico, ele procurará ser uma ferramenta de estudo e servirá de consulta para auxiliar às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na construção de novas possíveis ementas.

Além desta introdução, o artigo contempla um referencial teórico, que trata, inicialmente, do ensino de Língua Portuguesa de modo geral e, depois, da leitura e a língua portuguesa nas instituições públicas brasileiras. Também há uma seção destinada aos aspectos metodológicos do trabalho, seguido dos resultados e discussões. Por fim, tecem-se as

considerações finais e listam-se as referências utilizadas ao longo do texto.

2.1 Os cursos superiores de tecnologia

Tratando do nível formativo denominado Educação Profissional e Tecnológica (EPT), presente em muitas instituições públicas brasileiras, sabe-se que, após a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), foram implantados nas instituições de ensino cursos superiores de tecnologia, modalidade essa que garante uma graduação em ensino científico e tecnológico (Favretto; Moretto, 2013).

Durante um determinado período, as instituições públicas não reconheciam a importância do ensino tecnológico, porém, com as exigências e requisitos do mercado de trabalho, esse cenário mudou, pois cada vez mais as pessoas buscam uma graduação em curto prazo e as empresas pela qualificação tecnológica, ciência e educação profissional. De modo prático, o propósito desses cursos é estimular habilidades profissionais voltadas para o uso da tecnologia (Favretto; Moretto, 2013).

O ensino superior passou por algumas modificações institucionais até chegar no estágio que está hoje, são elas: Reforma Universitária de 1968, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996), entre outras legislações. Após ser sancionada a LDB, os cursos superiores de tecnologia ganharam muito destaque na universidade. Em específico, com a nova LDB, essa modalidade de ensino passou a ter outro papel, atraindo a atenção de instituições públicas e privadas (Favretto; Moretto, 2013).

Tais cursos contam com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), que foi lançado em 2006, tratando-se de um documento que funciona como guia para os docentes, discentes e instituições. “O catálogo organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas diretrizes curriculares nacionais e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e as expectativas da sociedade atual” (Brasil, 2006, p. 7).

Esse documento possui três edições publicadas, sendo a primeira em 2006, a segunda em 2010, e a 3ª edição em 2016. A última conta com 134 denominações de cursos superiores de tecnologia em diversas áreas como: Gestão Ambiental, Automação Industrial, Comércio Exterior, Agrocomputação e outros (Brasil, 2016). Atualmente, há uma 4ª edição do documento em fase de finalização pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

(Setec), cuja prévia foi disponibilizada no dia 23/02/2022.

Já os eixos tecnológicos são 13 no total. Alguns deles: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação [...]. De acordo com o catálogo, o curso superior de Tecnologia em Secretariado tem carga horária de 1600h, está presente no eixo de Gestão e Negócios e tem como campo de atuação as organizações não-governamentais e órgãos públicos [...] (Brasil, 2016).

Considerando tal cenário, os significativos progressos da ciência, a rapidez com que circulam as informações, sua acessibilidade crescente e o uso de tecnologias cada vez mais avançadas nos processos produtivos tornam necessária uma aproximação mais efetiva entre o Ensino Superior e o mundo do trabalho, visando preparar o futuro profissional para essa realidade (Balzan, 2018).

Uma vez que a formação tecnológica tem ocupado seu espaço no mundo empresarial e educacional, é preciso refletir sobre os conteúdos curriculares que estão presentes nos cursos de tecnologia, de modo que seja possível uma melhor preparação dos profissionais para mundo do trabalho. Nessa intenção, disserta-se, a seguir, sobre a leitura nos diferentes níveis de formação.

2.2 A leitura nos diferentes níveis de formação

A Língua Portuguesa é uma das poucas disciplinas que perpassa todas as fases estudantis do ensino básico ao superior. Entre seus muitos conteúdos, ela traz a necessidade de discutir a leitura, pois seguir um raciocínio lógico no decorrer de um texto não é tarefa fácil para todos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1998), um leitor proficiente consegue interpretar além do que está explicitamente escrito, reconhecendo conteúdos implícitos e articulando o texto com seus conhecimentos anteriores ou com outros textos já lidos.

Antunes (2003, p. 28) considera como dimensões essenciais da aula de português: a oralidade, a escrita, a leitura e a gramática. Segundo a autora, a prática de ensino de leitura tem sido historicamente marcada por uma atividade centrada em “habilidades mecânicas de decodificação da escrita”; desinteressante, puramente escolar e desvinculada de seu uso social; uma interpretação é voltada apenas para identificação de elementos literais da superfície textual e não para a compreensão global; e uma atividade pouco explorada, pois as

aulas priorizam o ensino da escrita e da gramática.

Não se pode perder de vista que a escola é o principal contato com a prática de leitura, com isso, deve-se buscar incentivar e acompanhar os alunos com métodos pedagógicos complementares de ensino. Trabalha-se com a leitura nos diferentes níveis de formação dos estudantes e, especialmente no ensino superior, o aluno percebe que a falta do saber ler, compreender e interpretar corretamente influenciará diretamente no meio acadêmico, principalmente, na leitura de artigos e livros. Sobre isso, Marquesin, Benevides e Baptista (2014) esclarecem que, torna-se cada vez mais necessário encontrar alternativas para transformar essa realidade, já que diversas pesquisas realizadas nas últimas décadas evidenciam a dificuldade de compreensão e o baixo hábito de leitura entre universitários. Esses fatores são apontados como causas significativas do desempenho acadêmico insatisfatório observado entre os estudantes.

Ao ingressar na universidade, o estudante se depara com um conteúdo bastante diferente daquele visto no ensino médio, ele passa a ouvir falar em artigo científico, resumo, resenha, tese, dissertação, entres outros gêneros do domínio acadêmico. Nesse momento, tudo é muito complexo e novo, com isso, vêm as dificuldades para se habituar ao que está sendo proposto, visto que acostumou-se a entender de forma errônea que o universitário, pelo fato de ter sido aprovado no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), está pronto intelectualmente para tudo que vier a ser ministrado na sala de aula (Barreto; Barreto, 2000, p. 65, apud Marquesin; Benevides; Baptista, 2014, p. 13).

Pelo fato de não existir um preparo básico sobre os textos acadêmicos, os discentes perdem-se no meio de tanta informação, começam e terminam semestres sem saber o que estão realmente lendo. Como menciona Santos (2006), no ambiente acadêmico, por vezes, não são propostas intervenções pedagógicas que estimulem atividades cognitivas de reflexão, que ativem os conhecimentos prévios dos alunos ou que promovam uma análise crítica do conteúdo linguístico capaz de conduzi-los à compreensão do texto. A partir disso, entra o auxílio do professor, não que ele seja o total responsável, ou que será fácil despertar nos alunos uma leitura proficiente na universidade, mas aos poucos, as práticas pedagógicas podem ajudar na formação de leitores competentes.

2.3 A leitura e a língua portuguesa nos cursos de tecnologia: alguns casos em destaque

Considerando a importância do ensino da Língua Portuguesa, e especialmente de leitura, busca-se entender como está sendo estruturada essa disciplina nos cursos superiores de tecnologia, como já foi citado na introdução do trabalho, haja vista que há muitas dificuldades na aprendizagem da leitura que precisam ser amenizadas.

Assim, como afirma Saraiva (2007), o principal desafio nos cursos de tecnologia, como o analisado no estudo dele, consiste em integrar o ensino da língua materna à formação profissional. Isso porque, apesar de os estudantes reconhecerem, em teoria, que a habilidade de leitura e escrita é um diferencial no mercado de trabalho e auxilia no processo de aprendizagem, na prática, demonstram desinteresse por conteúdos relacionados à língua materna, concentrando-se exclusivamente nas disciplinas técnicas.

Segundo Barreto et al. (2012), na Universidade Potiguar (UnP), a coordenação do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública teve a atitude de ministrar um nivelamento de língua portuguesa com o intuito de ajudar os acadêmicos. Mais interessante é que esse pedido partiu dos próprios alunos que reconheceram a dificuldade na língua materna e, portanto, a necessidade de reforçar o já aprendido em anos anteriores.

É importante mencionar que essa disposição em fazer nivelamento de Língua Portuguesa deveria fazer parte de outros cursos superiores de tecnologia, afinal, essa é a matéria principal e obrigatória para todas as áreas de conhecimento e os alunos sentem dificuldade seja na leitura dos trabalhos acadêmicos, na interpretação, ou na compreensão de textos encaminhados pelos docentes. Como afirma Barreto et al. (2012), é importante destacar que o ensino da Língua Portuguesa é considerado essencial, integrando a grade curricular de diversos cursos de graduação, especialmente nos semestres iniciais, tanto na UnP quanto em outras instituições de ensino superior do Brasil.

No trabalho de Barreto et al. (2012, p. 104), o curso de nivelamento foi organizado com os seguintes tópicos: “estruturação do parágrafo, argumentação no nível da semântica discursiva, estratégias argumentativas [...]”. E com o estudo da leitura de diversos gêneros textuais: “resenha, resumo, fichamento, projeto [...]”. No entanto, foram encontradas algumas dificuldades na etapa do nivelamento, que na verdade já eram de se esperar, tais como “a enorme dificuldade [...] de se expressar através de um bom vocabulário e na correspondência oficial [...] são comuns os deslizos de ordem gramatical, expressos em erros de ortografia e

sintaxe” (Barreto et al., 2012, p. 106).

Balzan (2018), ao abordar os cursos superiores de tecnologia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS - Campus Bento Gonçalves), buscou analisar os Projetos Pedagógicos dos cinco cursos ofertados pelo instituto. O IFRS elaborou a sua própria organização didática com o intuito de melhor conduzir os cursos tecnológicos. Os cinco cursos escolhidos têm como foco, no primeiro semestre, a disciplina de Português Instrumental com carga horária de 60h e aponta a leitura como item inicial da ementa, que, por sua vez, se repete igualmente em todos os cursos. Segundo o autor, “Português Instrumental (60h): Leitura, interpretação e produção de textos. Coesão e coerência textual. Texto dissertativo de caráter científico. Texto informativo técnico.” (Balzan, 2018, p. 71).

Essa nomenclatura de “português instrumental” é uma das tendências do ensino de Língua Portuguesa nos cursos superiores de tecnologia, voltado para uma leitura mais técnica e minuciosa. No entendimento de Balzan (2018), a disciplina contribuiria para o aprimoramento de estratégias de leitura, com o objetivo de apoiar os alunos na compreensão e interpretação de textos, promovendo o desenvolvimento de competências como análise, síntese, pensamento crítico e argumentação, fundamentais para um desempenho acadêmico satisfatório.

Por outro lado, a análise da autora destaca algumas controvérsias na ementa, ou seja, não existe uma ordem cronológica de conteúdo, tornando-se mais difícil para os alunos entenderem-na no decorrer do curso e, principalmente, integralizar os conteúdos de leitura (Balzan, 2018). Em suma, a autora destaca que existem falhas em outras disciplinas voltadas à prática da leitura no decorrer dos semestres, pois na “estrutura curricular dos Cursos Superiores de Tecnologia do IFRS - Campus Bento Gonçalves não há menção explícita à leitura ou ao desenvolvimento de habilidades leitoras dos acadêmicos.” (Balzan, 2018, p. 72).

Tendo dissertado sobre tópicos entendidos como importantes para a compreensão global deste trabalho, a próxima seção trata dos aspectos metodológicos delineados para alcançar o objetivo geral do artigo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Levando em consideração que este estudo objetiva realizar uma investigação sobre o ensino da leitura nos cursos superiores de TS de instituições públicas, a partir das ementas das

disciplinas de Língua Portuguesa, entende-se que a pesquisa é do tipo exploratória, pois busca oferecer dados adicionais sobre o tema em questão, permitindo sua compreensão e delimitação mais precisa; auxiliar na definição dos objetivos da pesquisa e na elaboração de hipóteses, ou ainda, revelar nova perspectiva para abordá-lo (Prodanov; Freitas, 2013). Ademais, lembra-se que não se tem conhecimento de outras investigações que exploraram o objetivo deste trabalho, mesmo sob outra perspectiva teórico-metodológica.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, ela é essencialmente documental, haja vista que se baseia em conteúdos que ainda não foram analisados de forma sistemática ou que podem ser reinterpretados conforme as finalidades do estudo (Prodanov; Freitas, 2013). Entende-se, ainda, que os documentos coletados são classificados como de fontes de primeira mão (Gil, 2008), ou seja, documentos que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento analítico. Ampliando tal compreensão, busca-se analisar os Projetos Pedagógicos das IFEs identificadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Relação de IES consideradas na pesquisa

Instituição	Sigla	Modalidade	CC	Ano CC	Data início funcionamento
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Presencial	5	2021	3/2/2009
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	Presencial	5	2022	11/1/2017
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	Presencial	3	2018	8/1/2001
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	Presencial	4	2019	22/2/2016
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	IFPR	Presencial	4	2022	2/6/2017

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informações coletadas no site do e-MEC em 19/07/2022.

A estratégia metodológica de estudar apenas IFEs dá-se em função da dificuldade de encontrar informações e, especialmente, os projetos pedagógicos atualizados das instituições estaduais e particulares que oferecem cursos de TS. Apesar disso, encorajam-se os demais pesquisadores a desbravarem esses outros contextos em estudos futuros.

Face ao exposto, esclarece-se que, desde a perspectiva que diz respeito à forma de abordagem do problema, esta é uma pesquisa qualitativa. Embora exista certa resistência na comunidade científica dos estudos dessa natureza, que está relacionado a uma possível perda do rigor metodológico, que normalmente parece existir nas pesquisas quantitativas, o estudo dessa natureza pode ser realizado por meio de diversas abordagens (Godoy, 1995). Nesse sentido, o caminho direcionado neste trabalho foi o da pesquisa documental, tendo em vista

que ela constitui uma abordagem que pode assumir um aspecto inovador, oferecendo contribuições relevantes para a investigação de determinados assuntos (Godoy, 1995).

Por fim, para a análise dos dados coletados, empregou-se a técnica da Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2004), que é entendida como uma análise das mensagens presentes num texto com o objetivo de extrair, por meio de métodos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo, indicadores – sejam eles quantitativos ou não – que possibilitem inferir conhecimentos sobre as condições em que essas mensagens foram produzidas ou recebidas (variáveis inferidas).

Para alcançar a estratégia de análise apresentadas no parágrafo anterior, a autora recomenda uma organização textual que se distribua em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Na etapa da pré-análise, o pesquisador começa a organizar o material para que se torne útil à pesquisa. Dessa forma, deve-se procurar sistematizar as concepções iniciais em quatro etapas, quais sejam: a leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, as quais nos darão fim à preparação do material como um todo (Bardin, 2004).

Depois disso, chega-se à exploração do material, a qual tem por finalidade a categorização ou codificação no estudo. Nesse contexto, entende-se que a descrição analítica vem enaltecer a investigação aprofundada, orientada pelas hipóteses e referenciais teóricos (Mozzato; Grzybovski, 2011). Se assim o for, a definição das categorias é fundamental para interpretar os dados coletados. Em outras palavras, essa fase consiste no desmembramento e posterior agrupamento ou reagrupamento das unidades de registro do texto. Em resumo, a repetição de palavras e/ou termos pode ser a estratégia adotada no processo de codificação para serem criadas as unidades de registro e, posteriormente, categorias de análise iniciais (Bardin, 2004).

Na terceira fase, acontece o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que é realizada a partir da busca de significação de mensagens, através, ou junto da mensagem primeira. É hora de fazer uso da intuição, da análise reflexiva e crítica. Como nas palavras da autora, essa fase é a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (Bardin, 2004, p. 41).

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A leitura flutuante, que é o primeiro momento da AC, foi realizada a partir dos seguintes instrumentos: a) Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, especialmente sobre o curso de TS; b) Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica; e c) PPCs. Tendo essa fase concluída, foi possível evidenciar uma melhor sistematização de ideias preliminares para esta investigação, que serviram de base para próximas fases, assim como para análise global deste trabalho.

Em se tratando da pré-análise, a escolha dos documentos surge após o investigador realizar uma leitura flutuante ampla, de modo que isso possibilite uma análise dos segmentos pautados na regra da exaustividade e, dessa forma, nenhum documento deve ser desconsiderado; a regra da homogeneidade, por sua vez, estabelece que a seleção dos documentos deve permitir uma comparação e categorização proximal; e a última regra, definida como da pertinência, dita que os documentos devem guardar correlação com os objetivos da análise (Bardin, 2004).

Dessa maneira, evidencia-se que todos os documentos obtidos na pesquisa (o Catálogo, a Resolução e os PPCs) foram analisados levando em conta o critério da exaustão, considerando todos os elementos possíveis: a homogeneidade, o agrupamento de concepções, regularidades e divergências por caminharem juntos na interpretação; e a pertinência dos dados coletados com a finalidade de trazer concepções que corroborem com o objetivo proposto neste trabalho.

Face a escolha dos documentos, foi possível estipular o objetivo e fazer levantamentos hipotéticos para este estudo. Assim, o objetivo pensado foi de propor uma reflexão direcionada aos resultados de modo que fosse possível subsidiar um quadro teórico e/ou pragmático para o tema explorado na pesquisa. No que diz respeito à hipótese, ela é entendida como uma afirmação transitória que pode confirmar ou informar. Assim sendo, trata-se de uma proposição cuja origem é a intuição e que permanece inconcluída enquanto ela não for submetida à prova de dados seguros (Bardin, 2004).

Dando seguimento à pré-análise, depara-se com a elaboração dos indicadores, que são compreendidos como elementos de marcação para extrair das comunicações a essência de sua mensagem. Desse modo, há as operações de recorte do texto em unidades comparáveis de

categorização para análise temática e de algumas das modalidades de codificação para o registro dos dados (Bardin, 2004).

Tendo em consideração o exposto anteriormente, foi possível formular indicadores temáticos a serem categorizados nas fases posteriores. Portanto, o método utilizado nessa fase foi o de selecionar os principais pontos das ementas, de maneira a contemplar os objetivos da pesquisa, categorizando, porquanto, em formas de subtemas na fase de codificação do material. Merece destaque o fato de que o Catálogo e a Resolução não foram alvos dessa análise diretamente, já que o primeiro é genérico demais quando se pensa na proposição de conteúdos de Língua Portuguesa para os cursos de TS, e o segundo, trata de definir as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT.

Tendo como norte esse direcionamento e no intuito de conhecer as disciplinas de Língua Portuguesa, as cargas horárias e os conteúdos de leitura que são ministrados nos cursos superiores de TS nas IFEs investigadas, apresentam-se, a seguir, os Quadros 2, 3, 4, 5 e 6.

Quadro 2 – Disciplinas obrigatórias de Língua Portuguesa ministradas na UFPR

IFE	DISCIPLINAS DE LP	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO DA EMENTA
UFPR	Prática da Língua Portuguesa	30h	Revisão de aspectos formais da linguagem escrita; linguagem oral e linguagem escrita; estratégias de leitura e interpretação de textos; resumo; construção de parágrafos; gênero textual; textualidade; desvios linguísticos; redação de textos acadêmicos; normas técnicas.
	Prática de Textos Corporativos	60h	Padronização da linguagem nos mais variados registros da comunicação empresarial e oficial escrita: suas formalidades, uniformidade e formas de tratamento. A linguagem jurídica na redação de textos técnicos. Os desvios linguísticos comuns às correspondências quanto às qualidades da boa linguagem: clareza, concisão, objetividade, adequação vocabular, correção gramatical, coerência e coesão. [...]
	Prática de Textos Persuasivos	30h	Comunicação e persuasão no direito, na política, na literatura, na religião; linguagem da propaganda; estratégias de persuasão na linguagem escrita; retórica; dialética; prática de produção de textos persuasivos; contextos e persuasão; desenvolvimento de argumento; apresentação de dados.
	Total	120h	

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PPC (2022) (grifos dos autores).

Quadro 3 – Disciplinas obrigatórias de Língua Portuguesa ministradas na UNIFAP

IFE	DISCIPLINAS DE LP	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO DA EMENTA
UNIFAP	Língua Portuguesa I, II e III	60h (cada)	I - Apresentação de elementos essenciais ao processo da comunicação humana, abrangendo estilo, parágrafo, frase, discurso e redação. II - Desenvolvimento de aspectos formais da linguagem escrita visando uma boa comunicação em diferentes contextos, abordando, para tanto, notações léxicas, ortografia e outros tópicos gramaticais. III - Teoria e prática do Português técnico e profissionalizante a partir do estudo de diferentes gêneros textuais.
	Total	180h	

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PPC (2022).

Quadro 4 – Disciplinas obrigatórias de Língua Portuguesa ministradas no IFPI

IFE	DISCIPLINAS DE LP	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO DA EMENTA
IFPI	Língua Portuguesa	60h	Estudo de textos literários e não-literários calcado nos postulados técnico-científicos da lingüística, na gramática normativa e numa visão crítica do discurso que contemple a linguagem como elemento-chave da comunicação. Vícios da linguagem empresarial. Qualidades dos bons textos empresariais. Padronização dos documentos empresariais e da correspondência oficial. Normas de redação pública e privada. O sistema ortográfico oficial. Correspondência empresarial, documentos de rotina em escritórios e carta comercial.
	Redação Técnica e Oficial	60h	
	Total	120h	

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PPC (2022).

Quadro 5 – Disciplinas obrigatórias de Língua Portuguesa ministradas no IFB

IFE	DISCIPLINAS DE LP	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO DA EMENTA
IFB	Leitura e Produção de Textos	60h	Ler , analisar e interpretar textos diversos; Identificar fases da criação de um texto e adequar a linguagem oral e escrita às situações sociais a fim de ampliar as habilidades comunicativas pertinentes ao exercício da profissão. Ler , compreender e produzir textos comerciais e oficiais; Identificar normas e usos dos gêneros de redação técnica e comercial, e adequar a linguagem oral e escrita às situações profissionais.
	Redação Oficial e Comercial	60h	
	Total	120h	

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PPC (2022) (grifos dos autores).

Quadro 6 – Disciplinas obrigatórias de Língua Portuguesa ministradas no IFPR

IFE	DISCIPLINAS DE LP	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO DA EMENTA
IFPR	Língua Portuguesa Instrumental	40h	Normas da língua padrão; oratória; interpretação de texto; redação técnica: coesão, coerência e clareza; argumentação. Origem e evolução histórica da língua portuguesa. Comunicação e linguagem. Texto: conceito, tipologia, estruturação e aplicação nos diversos gêneros textuais. Tópicos Gramaticais. Leitura crítica, interpretativa e analítica. Fatores de textualidade: coerência e coesão. Produção de textos.
	Redação Oficial e empresarial	40h	A comunicação escrita e suas formalidades. Formas de discurso. Formas de tratamento. Frases e expressões usuais na linguagem técnico-comercial e oficial. Competência do signatário e destinatário nas principais correspondências. Paradigmas de registros da linguagem técnico comercial e oficial. Vantagens da língua escrita sobre a língua falada. Aspectos que diferenciam a língua da falada. Concordância verbal. (sujeito após o verbo). Relações lógicas da língua (causa e efeito contrário). Redação de documentos oficiais e empresariais. Atas, Avisos, Bilhete, Autorização, Circular, Comunicado, Convite, Contrato, Convênios, Correspondência Empresarial, Edital, E-mail, Declaração, Mala direta, memorando, Ofício, Requerimento, Release, Relatório.
	Total	80h	

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PPC (2022).

Isso posto, apresentam-se, no Quadro 7, os elementos de marcação que caracterizam os indicadores deste estudo, sendo materializados pelas palavras que apareceram com mais frequência nas ementas.

Quadro 7 - Unidades de registro a partir das ementas coletadas

Unidades de registro	Número de ocorrência das palavras
1. Comunicação	7 vezes
2. Língua/linguagem escrita	5 vezes
3. Língua falada/linguagem oral	4 vezes
4. Ler/leitura	4 vezes
5. Gênero(s) textual(is)	3 vezes
6. Discurso	3 vezes
7. Redação técnica	2 vezes
8. Redação de textos	2 vezes
9. Produção de textos	2 vezes
10. Interpretação de texto	2 vezes
11. Correspondências	2 vezes
12. Coerência e coesão	2 vezes

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas ementas estudadas (2022).

Como visualizado no Quadro 7, os números à frente das Unidades de Registro (URs) revelam a quantidade de vezes que a palavra/expressão foi reproduzida nas ementas, configurando-se, metodologicamente, como elementos comprobatórios diante dos objetivos

estabelecidos na pesquisa. Dito isso, as próximas etapas tiveram como foco apresentar reflexões sobre o conteúdo encontrado nos documentos estudados através de uma sistematização classificada em categorias intermediárias e finais.

A definição das categorias é uma etapa importante na AC, pois a análise categorial consiste no desmembramento e posterior agrupamento ou reagrupamento das URs do texto. Dessa forma, a repetição de palavras/expressão pode ser a estratégia adotada no processo de codificação para serem criadas as URs e depois as categorias de análise iniciais (Bardin, 2004). Neste estudo, as categorias foram definidas a posteriori, embora na AC elas possam ser definidas a priori também (Bardin, 2004).

Seguindo com a apresentação dos resultados e as análises, no Quadro 8 estão elencadas as categorias iniciais de análise propostas para este estudo, tendo a significância das palavras e termos oriundos das ementas.

Quadro 8 – Categorias iniciais

N.	Categorias
1.	A LP enquanto mecanismo de comunicação
2.	A língua/linguagem escrita
3.	A língua falada/linguagem oral
4.	O ato de ler/leitura escondido nas disciplinas de LP
5.	O lugar do(s) gênero(s) textual(is) nos discursos
6.	Foco na redação técnica, redação de textos e produção de textos
7.	Ensino de LP para interpretar textos

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas ementas estudadas (2022).

Uma vez levantadas as 7 categorias iniciais, procedeu-se com a constituição das categorias intermediárias, que são os agrupamentos das categorias iniciais, que trazem informações por meio de um conjunto de expressões oriundas dos documentos levantados e fomentadas por um conceito/inferência norteador (Fossá, 2003). Nesta etapa, as categorias iniciais são descritas tendo em vista a interpretação do conteúdo dos instrumentos de pesquisa e dos conceitos teóricos (Pereira, 2019).

Sendo assim, as categorias iniciais desta pesquisa foram descritas de acordo com a interpretação do conteúdo das ementas e dos conceitos teóricos, dando origem às intermediárias. Na oportunidade, explorou-se, também, o conceito norteador, cujo objetivo é dar uma breve descrição das categorias encontradas e exploradas. Destaca-se que tal conceito é construído diante da epistémica dos achados e significados da pesquisa. Segue o Quadro 9 com tais informações.

Quadro 9 – Categorias intermediárias

Categoria inicial	Conceito norteador	Categoria intermediária
1. A LP enquanto mecanismo de comunicação	A análise das ementas permite inferir que o principal objetivo do ensino de LP nos cursos de TS é viabilizar a comunicação entre os diferentes personagens de uma empresa.	Ensino de LP para a comunicação em diferentes espaços organizacionais
2. A língua/linguagem escrita 3. A língua falada/linguagem oral	Língua/linguagem escrita e língua falada/linguagem falada parecem ocupar o mesmo patamar de importância nas ementas estudadas.	O paradoxo da língua/linguagem escrita <i>versus</i> língua falada/linguagem oral
4. O ato de ler/leitura escondido nas disciplinas de LP	A quase ausência das palavras ler/leitura nas ementas tende a demonstrar que as instituições ainda não veem a real importância desse tópico em seus conteúdos.	A quase ausência da leitura no ensino de LP para Secretariado
5. O lugar do(s) gênero(s) textual(is) nos discursos	Algumas ementas mencionam gênero(s) textual(is), mas não se destacam outros gêneros como os orais, digitais e acadêmicos, por exemplo.	O gênero(s) textual(is) como registro recorrente no ensino de LP
6. Foco na redação técnica, redação de textos e produção de textos	Como resultado da atenção dada ao(s) gênero(s) textual(is) nas ementas estudadas, nota-se um maior foco na parte escrita da LP	A obsessão pela escrita em relação à leitura
7. Ensino de LP para interpretar textos	Ainda que não tenha aparecido com frequência nas ementas estudadas, a interpretação de texto levanta o paradoxo do ensino de LP nos cursos de TS com fins instrumentais.	A persistência no ensino de um português instrumental em cursos de TS

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas ementas estudadas (2022).

A partir das categorias intermediárias apresentadas no Quadro 9, nota-se que há certa abrangência dos conteúdos previstos nas 12 ementas de disciplinas de Língua Portuguesa da UFPR, UNIFAP, IFPI, IFB e IFPR. E, nesse sentido, parece positivo a existência de tópicos que enfatizam a LP enquanto mecanismo de comunicação, a língua/linguagem escrita, a língua falada/linguagem oral, o ato de ler/leitura em língua nacional, o(s) gênero(s) textual(is), o discurso, a redação técnica, a redação de textos/produção de textos e a interpretação de textos.

Como última etapa da análise, chega-se à categoria final do estudo, sendo ela compreendida pela aglutinação das categorias secundárias e as significações do conceito norteador (Fossá, 2003). Nela, apresenta-se uma categoria final: necessidade de revisar os conteúdos propostos nas ementas de Língua Portuguesa buscando balancear tópico de escrita e de leitura (Quadro 10).

Quadro 10 – Categoria final

Categorias intermediárias	Conceito norteador	Categoria final
1. Ensino de LP para a comunicação em diferentes espaços organizacionais 2. O paradoxo da língua/linguagem escrita <i>versus</i> língua falada/linguagem oral 3. A quase ausência da leitura no ensino de LP para Secretariado 4. O gênero(s) textual(is) como registro recorrente no ensino de LP 5. A obsessão pela escrita em relação à leitura 6. A persistência no ensino de um português instrumental em cursos de TS	A análise das ementas permite conjecturar que se busca, com certa persistência, priorizar conteúdos voltados à prática da escrita em relação aos de leitura.	Necessidade de revisar os conteúdos propostos nas ementas de LP buscando balancear tópico de escrita e de leitura.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas ementas estudadas (2022).

Em resumo, depois de apresentadas as categorias iniciais, intermediárias e final deste trabalho, recupera-se que, no contexto da profissão de Tecnólogo em Secretariado, é preciso estar atento que esses trabalhadores estarão em contato, diariamente, com a leitura de diferentes gêneros textuais/empresariais, digitais e/ou acadêmicos (ata, e-mail, ofício, requerimento, memorando, artigo científico, resenha etc.) e isso precisa aparecer nas propostas dos cursos quando se trata do ensino Língua Portuguesa.

Considerando tal afirmativa e resgatando as informações apresentadas nos Quadros 2, 3, 4, 5 e 6, nota-se que, das cinco IFEs estudadas, apenas três mencionam explicitamente conteúdos de leitura nos documentos oficiais, mais especificamente: UFPR (Estratégias de **leitura** e interpretação de textos), IFB (**Ler**, analisar e interpretar textos diversos; **Ler**, compreender e produzir textos comerciais e oficiais) e IFPR (**Leitura crítica, interpretativa e analítica**).

Assim como no estudo de Balzan (2018), nas 12 ementas de disciplinas de LP pesquisadas neste artigo, não há menção explícita à leitura ou ao desenvolvimento de habilidades leitoras dos acadêmicos em duas das cinco IFEs investigadas. E mesmo nas três que mencionam, apenas duas, o IFB e o IFPR, parecem tratar da leitura sob uma perspectiva crítica, que não seja apenas de incentivar o aluno a ler, mas que busca dar complexidade a essa importante função cognitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizou um estudo sobre o ensino da leitura em cinco cursos superiores de Tecnologia em Secretariado de instituições públicas, a partir do conteúdo proposto nas ementas das disciplinas de Língua Portuguesa.

De acordo com a investigação finalizada, através dos indicadores temáticos estabelecidos, buscou-se os principais pontos das ementas de Língua Portuguesa, com auxílio de quadros ilustrativos, e foi possível organizar os resultados através de categorias, sendo elas: iniciais, intermediárias e final. Um dos resultados encontrados em relação à leitura, foi a ausência de conteúdos voltados à sua prática nas ementas, tendo ao seu oposto uma maior presença de tópicos direcionados à escrita.

Pensa-se que a pesquisa talvez teve a sua maior contribuição no sentido de chamar a atenção das instituições para uma possível revisão das ementas de Língua Portuguesa no tocante ao tema da leitura. Nesse sentido, ficam algumas questões para reflexão: não é importante saber ler os diferentes gêneros e em diferentes suportes? Como ultrapassar a hegemonia da escrita em relação à leitura?

Como este trabalho focou apenas no estudo das ementas das disciplinas de Língua Portuguesa, propõe-se a realização de pesquisas futuras que busquem analisar os planos de ensino, as aulas em si e a investigação das percepções dos discentes sobre o ensino de leitura, por exemplo.

Referências

ANTUNES, I. *Aula de Português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

AVILA, D.; CONTO, J. O ensino da leitura em ementas de Língua Portuguesa em cursos de Educação Profissional e Tecnológica. *Revista de Ciência e Inovação*, v. 3, n. 1, p. 10-21, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26669/2448-4091159>. Acesso em: 09 out. 2022.

BALZAN, C. F. P. *Da leitura prática às práticas de leitura: o caso dos cursos superiores de tecnologia*. 271 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de doutorado – associação ampla UCS/UniRitter, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/3922>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO et al. Linguagem, comunicação e inclusão: a importância do curso de nivelamento em língua portuguesa para os cursos superiores de tecnologia da universidade potiguar – UnP.

Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios, v. 1, n. 2, p. 99-112, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/95>. Acesso em: 18 de out. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 106 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da educação. *Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília/DF: 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41331-catalogo-nacional-superior-tec-20-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Ministério da educação. *Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília/DF: 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Ministério da educação. *Portal do MEC*. Brasília/DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->. Acesso em: 31 out. 2022.

COSCARELLI, C. V. *Tecnologias para aprender*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

e-MEC. Página inicial. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva. 2001.

FAVRETTO, J.; MORETTO, C. Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 123, abril-junio, p. 407-424, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87328002005>. Acesso em: 20 out. 2022.

FOSSÁ, M. I. T. *Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias*. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS. Conselho Superior. Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017. *Organização Didática*. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/OD-Alterada-Publica%C3%A7%C3%A3o-Portal-1.pdf>. Acesso: 02 nov. 2022.

MARQUESIN, D. F. B.; BENEVIDES, C. R.; BAPTISTA, D. C. Leitura e escrita no ensino superior. *Revista de Educação*, v. 14, n. 17, p. 9-28, 2014. Disponível em: <https://seer.pgskroton.com/educ/article/view/1801>. Acesso em: 07 out. 2022.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, jul./ago. 2011.

PEREIRA, G. J. W. *Barragem Poço de Varas nos municípios de Cel. João Pessoa (RN) e São Miguel (RN): Propostas política, territorialidade e memória coletiva*. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros-RN, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, S. de J. B. A importância da leitura no ensino superior. *Revista de Educação*, v. 9, n. 9, p. 77-83, 2006. Disponível em: <https://seer.pgskroton.com/educ/article/view/2176>. Acesso em: 13 out. 2022.

SARAIVA, A. da S. *O ensino da leitura em curso de graduação em tecnologia*. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14466>. Acesso em: 23 out. 2022.